

ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE ATUAL EM RELAÇÃO À SAÚDE MENTAL

Carla Emanuely Lima Diniz ¹
Daurida Mendes Nobre ¹
Ellen Karoline Maciel de Araújo ¹
Nalanda Pinto Corrêa ¹
Dannilo Jorge Escorcio Halabe ²

¹Discente do Curso de Psicologia (Faculdade Edufor), São Luís-MA.

² Docente da Faculdade Edufor, São Luís-MA.

Recebido em: 01/02/2025 - Aprovado em: 10/04/2025 - doi.org/10.70353/edufor.v3n1.012

RESUMO

INTRODUÇÃO: A história da psicologia no Maranhão é marcada por um crescimento gradual ao longo do tempo, refletindo as tendências e avanços na área da saúde mental em nível nacional. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são parte integrante desse progresso, sendo fundamentais para a implementação da Reforma Psiquiátrica e para a promoção de uma abordagem mais humanizada e integrada no tratamento de distúrbios mentais. No entanto, os CAPS enfrentam diversas dificuldades que comprometem sua eficiência e alcance. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo realizou pesquisas de natureza quantitativa com revisão bibliográfica, utilizando artigos científicos, entrevistas e levantamentos de dados para averiguar estatísticas sobre planos assistenciais e a quantidade de profissionais disponíveis para o auxílio especializado em saúde mental. A pesquisa foi elaborada de forma minuciosa e indutiva, observando casos palpáveis de usuários do sistema que não alcançaram atendimento satisfatório. **RESULTADOS:** A análise revelou preocupações significativas em relação à quantidade de profissionais de saúde mental em São Luís do Maranhão. Com uma população estimada em aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, há uma disponibilidade de 84 psicólogos e 31 psiquiatras, resultando em 1 psicólogo para cada 3.691 habitantes e 1 psiquiatra para 10.733 habitantes. A insuficiência de profissionais e a concentração em áreas centrais criam desigualdade no acesso aos cuidados de saúde mental. **CONCLUSÃO:** São Luís enfrenta um desafio considerável em fornecer serviços adequados de saúde mental para sua população. A escassez de psicólogos e psiquiatras afeta diretamente a qualidade dos serviços, resultando em acesso limitado e desigualdade. É necessário um esforço conjunto do governo, instituições de saúde e organizações da sociedade civil para aumentar o financiamento, desenvolver políticas públicas e melhorar o acesso aos serviços de saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: CAPS. Psicologia. Saúde Mental.

ANALYSIS OF THE CURRENT MUNICIPAL HEALTH PLAN IN RELATION TO MENTAL HEALTH

ABSTRACT

ANALYSIS OF THE CURRENT MUNICIPAL HEALTH PLAN IN RELATION TO MENTAL HEALTH

INTRODUCTION: The history of psychology in Maranhão is marked by gradual growth over time, reflecting trends and advances in the area of mental health at a national level. The Psychosocial Care Centres (CAPS) are an integral part of this progress, being fundamental to the implementation of the Psychiatric Reform and the promotion of a more humanized and integrated approach to the treatment of mental disorders. However, CAPS face a number of difficulties that compromise their efficiency and reach. **MATERIALS AND METHODS:** The study carried out quantitative research with a bibliographical review, using scientific

articles, interviews and data surveys to ascertain statistics on care plans and the number of professionals available for specialized mental health assistance. The research was carried out in a thorough and inductive manner, observing tangible cases of users of the system who did not receive satisfactory care. **RESULTS:** The analysis revealed significant concerns regarding the number of mental health professionals in São Luís do Maranhão. With an estimated population of approximately 1.1 million inhabitants, there are 84 psychologists and 31 psychiatrists available, resulting in 1 psychologist for every 3,691 inhabitants and 1 psychiatrist for every 10,733 inhabitants. The shortage of professionals and the concentration in central areas create an unequal number of psychiatrists. **CONCLUSION:** São Luís faces a considerable challenge in providing adequate mental health services to its population. The shortage of psychologists and psychiatrists directly affects the quality of services, resulting in limited access and inequality. A joint effort by the government, health institutions and civil society organizations is needed to increase funding, develop public policies and improve access to mental health services.

KEYWORDS: CAPS. Psychology. Mental Health.

INTRODUÇÃO

A história da psicologia no Maranhão é marcada por um crescimento gradual ao longo do tempo, refletindo as tendências e avanços na área da saúde mental em nível nacional. Os centros de atenção Psicossocial (CAPS) são parte integrante desse progresso. Os CAPS são uma conquista importante na história da saúde mental no Brasil, tendo sido fundamentais para a implementação da Reforma Psiquiátrica e para a promoção de uma abordagem mais humanizada e integrada no tratamento de distúrbios mentais. No entanto, apesar de seu papel fundamental, os CAPS enfrentam diversas dificuldades que comprometem sua eficiência e alcance.

O surgimento dos CAPS provavelmente seguiu a tendência nacional, com a implantação gradual desses serviços nas últimas décadas. O estado provavelmente assistiu à mudança de um modelo hospitalocêntrico predominante para um modelo comunitário de atenção à saúde mental (Oliveira; Garcia, 2024).

A trajetória dos CAPS no Maranhão provavelmente abrange desafios e êxitos únicos, influenciados pela infraestrutura de saúde local, políticas governamentais, iniciativas da sociedade civil e o envolvimento de especialistas em saúde mental. Esses centros têm um papel crucial na promoção da saúde mental e na assistência a indivíduos em situação de vulnerabilidade psicossocial no estado.

Este texto tem como objetivo analisar os problemas enfrentados pelos CAPS, apontando suas causas e consequências, bem como apresentar perspectivas sobre possíveis soluções e melhorias. Ao compreender as dificuldades enfrentadas por esses centros, é possível direcionar os esforços para fortalecer e aprimorar o sistema de saúde mental no Brasil.

Desde sua criação, os CAPS têm enfrentado diversos obstáculos estruturais, financeiros e humanos que afetam negativamente sua capacidade de atender às demandas da população. A falta de financiamento adequado, a falta de profissionais capacitados, a falta de infraestrutura e a falta de concorrência com outros serviços de saúde são apenas alguns dos problemas enfrentados pelos CAPS em todo o país.

Diante desses obstáculos, é crucial criar táticas e políticas eficazes para fortalecer os CAPS e assegurar que possam cumprir sua função de prestar assistência e assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial. Isso implica em investimentos em infraestrutura, treinamento de especialistas, estímulo a iniciativas de combate ao preconceito e incentivo à integração dos CAPS com outros serviços de saúde.

Este texto tem como objetivo alertar os desafios enfrentados pelos CAPS e propor reflexões sobre como superar tais obstáculos, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do sistema de saúde mental no Brasil e para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas atendidas por esses serviços.

MATERIAL E MÉTODOS

No presente estudo foi realizado pesquisas de natureza quantitativa com formulação de revisão bibliográfica, tendo recurso advindo de fundamentação teórica baseado em artigos científicos, entrevistas, levantamentos de dados, a fim de averiguar estatísticas referente as compostas apurações de planos assistenciais e quantidade de profissionais disponíveis para fins do auxílio especializado no âmbito da saúde mental.

Uma pesquisa elaborada de forma minuciosa de classificação indutiva, uma vez que foi utilizado a observação de casos palpáveis dos usuários desse sistema, cujo não alcançaram um atendimento satisfatório. Logo o conhecimento dessa abordagem poderá trazer uma visibilidade congruente direcionado para soluções da problemática em questão.

RESULTADOS E DICUSSÃO

Os CAPS são uma estratégia relevante na área da saúde mental. O objetivo é oferecer assistência completa e humanizada a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, com o objetivo de reintegrar-se socialmente e fortalecer os laços com a comunidade.

Os CAPS contam com uma equipe multidisciplinar formada por psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e outros profissionais da saúde mental. Essa equipe trabalha de forma integrada para oferecer um atendimento abrangente e personalizado aos clientes do serviço. Os CAPS oferecem atendimento individual ou em grupo, de acordo com as necessidades de cada cliente. As consultas individuais proporcionam um acompanhamento mais próximo e personalizado, enquanto as atividades em grupo promovem a integração e a troca de experiências entre os usuários (Jafelice; Ziliotto; Marcolan, 2024).

As oficinas terapêuticas são atividades realizadas nos CAPS com o objetivo de promover a autonomia e a inclusão social dos usuários. Elas podem incluir atividades artísticas, culturais, esportivas e de geração de renda, proporcionando um espaço de expressão e desenvolvimento pessoal. O acolhimento é uma prática indispensável nos CAPS, assegurando que os usuários sejam recebidos com carinho e respeito. A escuta atenta da equipe é crucial para compreender as demandas e necessidades individuais, orientando o plano terapêutico de maneira apropriada (Alves et al., 2024).

Os CAPS trabalham em articulação com outros serviços de saúde mental, como hospitais, unidades básicas de saúde, residências terapêuticas e serviços de urgência psiquiátrica. Essa integração permite uma atuação mais ampla e efetiva, garantindo o acompanhamento contínuo dos usuários em diferentes contextos. Em síntese, os centros de saúde mental são uma alternativa relevante ao modelo hospitalocêntrico de tratamento em saúde mental, oferecendo uma abordagem comunitária, humanizada e focada no usuário. O seu funcionamento se baseia na promoção da autonomia, da inclusão social e do cuidado integral, visando o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas atendidas (TELES et al., 2024).

A Reforma Psiquiátrica foi um movimento que ocorreu no Brasil a partir da década de 1970 e ganhou força nas décadas seguintes, buscando uma mudança profunda no modelo de

assistência à saúde mental. Ela representou uma ruptura com o paradigma tradicional, que priorizava o isolamento e a medicalização dos pacientes psiquiátricos em grandes hospitais psiquiátricos, conhecidos como manicômios.

Um dos principais objetivos da Reforma Psiquiátrica foi a redução do número de leitos em hospitais psiquiátricos e a promoção da desospitalização dos pacientes. Isso significava transferir o foco do tratamento da internação prolongada para a assistência comunitária, buscando a reintegração dos pacientes na sociedade. Como parte da política de desospitalização, foram criados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que se tornaram o principal dispositivo de atenção em saúde mental no Brasil. Os CAPS oferecem assistência integral e humanizada a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, promovendo sua inclusão social e seu cuidado em meio à comunidade (Silva; Pezzato; Lima, 2024).

A Reforma Psiquiátrica trouxe uma mudança de paradigma, passando de um modelo focado na doença e no tratamento medicamentoso para uma abordagem mais ampla e preventiva, que valoriza a promoção da saúde mental, a prevenção de transtornos e o cuidado integral da pessoa. Além dos CAPS, a Reforma Psiquiátrica impulsionou a criação de uma rede de serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico, incluindo os Centros de Convivência, as Unidades de Acolhimento, as Residências Terapêuticas e os Serviços de Urgência Psiquiátrica. Essa rede visa garantir uma atenção mais ampla e diversificada às necessidades das pessoas em sofrimento psíquico (LIMA; SAMPAIO, FERREIRA JÚNIOR, 2023).

A Reforma Psiquiátrica também trouxe à tona a necessidade de respeitar os direitos humanos das pessoas com transtornos mentais, combatendo a estigmatização, a discriminação e o preconceito. Ela defende a garantia dos direitos civis, sociais e de cidadania desses indivíduos, promovendo sua participação ativa na sociedade. Diante de todos esses fatos conclui-se, a Reforma Psiquiátrica representou uma mudança significativa no modo como a sociedade brasileira enxerga e trata as questões relacionadas à saúde mental, priorizando a inclusão, o respeito à diversidade e a promoção do bem-estar psicossocial.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Maranhão surgiram como parte da política nacional de saúde mental, iniciada com a reforma psiquiátrica no Brasil. O objetivo era substituir os hospitais psiquiátricos tradicionais por uma rede de serviços comunitários, oferecendo atendimento ambulatorial e terapêutico a pessoas com transtornos mentais. Os CAPS são serviços especializados de saúde mental de caráter aberto e comunitário, ou seja, inseridos na comunidade e que funcionam em regime de porta aberta, sem necessidade de agendamento prévio ou encaminhamento para ser acolhido no serviço.

O tratamento nos CAPS é pautado na oferta de acolhimento, escuta qualificada, acompanhamento clínico, grupos terapêuticos, atividades ocupacionais e articulação com outros serviços de saúde e sociais. Os usuários e seus familiares podem esperar um cuidado humanizado, que respeite suas singularidades e promova sua autonomia e inclusão social. A metodologia dos CAPS no Maranhão segue as diretrizes da política nacional de saúde mental, com foco no atendimento comunitário e na substituição dos hospitais psiquiátricos tradicionais, o modelo de atendimento inclui: psiquiatras, clínicos, pediatras, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, equipe de enfermagem, farmacêuticos, a depender da modalidade do CAPS (Rodrigues et al., 2024)

A distribuição de medicamentos para os usuários é feita de acordo com a prescrição médica, geralmente dentro do próprio CAPS ou em farmácias conveniadas. As oficinas terapêuticas são atividades realizadas que visam promover a autonomia, a socialização e o desenvolvimento pessoal dos usuários por meio de práticas artísticas, manuais ou recreativas. Os familiares também podem participar das atividades, oferecendo apoio emocional aos usuários, participando de grupos de acolhimento e orientação, e colaborando com a equipe no planejamento e acompanhamento do tratamento. A comunidade em geral pode participar por

meio de ações de voluntariado, doações de materiais para as oficinas terapêuticas, participação em eventos e campanhas de conscientização sobre saúde mental.

Os CAPS podem variar em termos de estrutura física, equipe profissional, abordagem terapêutica e público-alvo. Existem, por exemplo, os CAPS para Infância e Adolescência (CAPSi), voltados especificamente para atender crianças e adolescentes com transtornos mentais, e os CAPS para cuidar de usuários de Álcool e outras Drogas (CAPSad), que oferecem atendimento especializado para pessoas com dependência química (Mascarim, 2025).

O CAPSad atua de forma preventiva por meio de ações de promoção da saúde, prevenção ao uso de drogas e reinserção social dos usuários, incluindo atividades educativas, grupos de apoio, atendimento psicossocial e encaminhamento para tratamento especializado quando necessário (Pessoa; Da Silva; Lucas, 2024).

Esses centros estão integrados à rede básica de saúde, atuando de forma articulada com as unidades de saúde da família, os centros de saúde e outros serviços de atenção primária, garantindo uma atenção integral e coordenada aos usuários (Coutinho; O'Dwyer; Nunes, 2024).

Os CAPS atendem pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, como esquizofrenia, transtorno bipolar, depressão grave, entre outros. O atendimento é aberto a qualquer pessoa que necessite desse tipo de cuidado, independentemente de idade, gênero, raça ou condição socioeconômica.

Quadro 1 - Distribuição de profissionais por unidade de saúde mental.

LOCAL	CNES	PSICÓLOGO	PSIQUIATRA	TO
Programa Saúde Já	0750379	0	1	0
UBS Itaqui Bacanga	2456915	2	0	0
Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil	7082924	4	4	2
Centro de Saúde Dr. Antônio Guanare	3365816	0	0	1
Centro de especialidade Filipino	2697998	3	0	0
CEREST	6830390	1	0	1
Antônio Carlos Sousa Olímpica	2645793	0	0	1
Centro de Saúde Turu	2310058	0	0	1
Centro de Assistência João Antônio Faria	2310066	5	7	1
UBS São Bernardo	2456907	2	1	1
UBS Bequimão	2464276	4	1	3

REVISTA CIÊNCIA & CONTEMPORANEIDADE

Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade Edufor

Centro de Saúde Clodomir Pinheiro Costa	2464624	2	0	1
Centro de Saúde Dr. Carlos Macieira	2455765	1	0	2
Hospital de Criança	2458799	16	3	11
USF Jailson Alves Viana olímpica III	2645777	1	0	0
Unidade de Saúde da Família Sarney	2645769	0	0	1
CAPS AD	6050247	2	5	0
Centro de cuidados com a pessoa com deficiência	2961830	4	0	2
Centro de Saúde Cohab Anil	2309289	2	0	0
Centro de atenção integral à saúde do idoso	5107911	4	1	5
Centro atendimento à pessoa com hipertensão e diabetes	0948357	1	0	0
UBS DR expedito Alves de Melo	7798342	0	0	1
Centro de saúde amar	2308444	2	0	1
Centro de saúde de Fátima	2310023	4	0	2
Centro de saúde Salomão Fiquene	2309300	2	0	1
Unidade de saúde de família Pirapora	2645815	1	0	0
Centro de Regulação Médica das urgências	2456842	1	0	0
Centro de Atenção Psicossocial	3219712	4	3	3
Centro de Saúde da Vila Lobão	3226387	1	0	0
Centro de testagem e aconselhamento em DST HIV e AIDS	2456826	1	0	0

Centro de Saúde São Francisco	3173852	1	0	1
Centro de testagem e aconselhamento em DST, HIV e AIDS	2455811	1	0	0
Centro de Saúde do Radional	2308797	1	0	1
Ambulatório de Saúde Mental Itaqui Bacanga	4392140	5	5	0
Centro de Especialidades medica Itaqui Bacanga	4392159	2	0	0
Coord IST AIDS e hepatites virais	4302176	0	0	1
Centro de saúde do centro	0929417	2	0	1
Centro de Saúde Janaína	6120520	2	0	1

Fonte: do próprio autor (2024).

A análise da quantidade de profissionais de saúde mental em São Luís do Maranhão, em relação à sua população, revela algumas preocupações. São Luís, com uma população estimada em aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, visto que temos a disponibilidade de 84 psicólogos e 31 psiquiatras que enfrentam desafios significativos na área de saúde mental.

A disponibilidade de psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais especializados em saúde mental é geralmente insuficiente para atender a demanda crescente, deste modo, teríamos 1 psicólogo para cada 3.691 habitantes e 1 psiquiatra para 10.733 habitantes. Para atender essa demanda, esses profissionais teriam que trabalhar mais de 66 horas por dia, o que seria humanamente impossível.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sugere uma meta de cerca de 10 profissionais de saúde mental, incluindo psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros, por 100.000 habitantes para garantir um acesso básico aos serviços de saúde mental e muitos locais, incluindo São Luís, ficam aquém dessa recomendação.

Mesmo os profissionais disponíveis frequentemente estão concentrados em áreas mais centrais e economicamente privilegiadas, deixando comunidades periféricas e rurais desprovidas de serviços adequados. Isso cria um cenário de desigualdade no acesso aos cuidados de saúde mental.

Além da quantidade de profissionais, a infraestrutura de apoio, como clínicas e hospitais especializados, também é limitada. A falta de centros de atendimento psiquiátrico e de emergência para crises de saúde mental pode agravar a situação.

A implementação de políticas públicas voltadas para a saúde mental muitas vezes é insuficiente ou mal executada. Programas de apoio e prevenção, campanhas de conscientização e investimentos em formação e contratação de novos profissionais são necessários para melhorar o quadro atual (Carniato; Lucca, 2024).

Ainda existe um estigma significativo associado às doenças mentais, que impede muitas pessoas de buscar ajuda. Campanhas de conscientização e educação são essenciais para mudar essa percepção e incentivar a procura por atendimento (Souza, 2024).

CONCLUSÃO

A cidade de São Luís enfrenta um desafio considerável em fornecer serviços adequados de saúde mental para sua população. A escassez de psicólogos e psiquiatras em São Luís é um problema significativo que afeta diretamente a qualidade dos serviços de saúde mental.

Esta falta de profissionais resulta em acesso limitado aos serviços, desigualdade no acesso, sobrecarga para os profissionais existentes, impacto na qualidade do atendimento e destaca a necessidade de investimento e políticas públicas para enfrentar o problema.

Para resolver essa questão, é necessário um esforço conjunto do governo, instituições de saúde, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. Isso pode incluir o aumento do financiamento para programas de formação de profissionais de saúde mental, o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem essas carreiras, a criação de incentivos para que profissionais atuem em áreas carentes e o desenvolvimento de estratégias para melhorar o acesso aos serviços de saúde mental em toda a região. Somente através dessas medidas coordenadas será possível garantir que todos os cidadãos de São Luís tenham acesso a serviços de saúde mental de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, S. V. et al. Uma revisão narrativa do apoio matricial em saúde mental entre as equipes CAPS-ESF no cenário brasileiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, p. e34008, 2024.

AMARANTE P. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1995.

BÖING, E.; Crepaldi, M.A. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(3), 634-649. 2010.

BORGES, C. F.; Baptista, T. V. F. O modelo assistencial em saúde mental no Brasil: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. *Caderno de Saúde Pública*, 24(2), 456-468. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 44 p.

COUTINHO, M. F. C.; O'DWYER, G.; NUNES, M. DE O.. Territórios hostis e o atendimento à crise nos CAPS III na cidade do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, p. e34041, 2024.

HIRDES, A. (2009). A reforma psiquiátrica no Brasil: uma revisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 297-305.

JAFELICE, G. T.; ZILLOTTO, G.; MARCOLAN, J. F. Trabalho multiprofissional e integralidade do cuidado na percepção dos profissionais do CAPS. *Psicologia em Estudo*, v. 29, p. e54902, 2024.

LEAL, Bruna Molina; Antoni, Clarissa De. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): estruturação, interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Canoas: Aletheia*, n. 40, p. 87-101. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942013000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2024.

LIMA, I. C. S.; SAMPAIO, J. J. C.; FERREIRA JÚNIOR, A. R.. Trabalho e riscos de adoecimento na Atenção Psicossocial Territorial: implicações para a gestão do cuidado em saúde mental. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 139, p. 878-892, out. 2023.

MASCARIM, L. et al. Grupo-Oficina de Homens: masculinidades, uso de substâncias e cuidados generificados em saúde em um Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 29, p. e240360, 2025.

OLIVEIRA, E. F. A.; GARCIA, M. L. T.. O financiamento federal dos CAPS no Brasil: a caixa de Pandora. *Serviço Social & Sociedade*, v. 147, n. 2, p. e-6628383, 2024.

- ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumento metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(5), 1053-1062. 2006.
- PESSÔA, R. L.; DA SILVA, A. K.; LUCAS, L. S.. Decrease in alcohol use disorder hospitalizations in Brazil: what does it mean?. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, v. 46, p. e20220588, 2024.
- PITTA, A. M. R. (2011). *Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil: Análise de uma Trajetória*. São Paulo: Hucitec.
- SANINE, P. R. et al. Fatores associados à internação de usuários encaminhados pela atenção primária para acompanhamento em Centros de Atenção Psicossociais do município de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 2, p. e19932022, 2024.
- SILVA, T. I. T. DA.; PEZZATO, L. M.; LIMA, L. C.. Reflexos da contrarreforma psiquiátrica nos CAPS do Vale do Ribeira (SP). *Serviço Social & Sociedade*, v. 147, n. 2, p. e-6628385, 2024.
- SOUZA, A. C. S. et al. Conhecimento de profissionais de centros de atenção psicossocial sobre segurança do paciente. *Psicologia em Estudo*, v. 29, p. e55560, 2024.
- TELES, M. P. DA S. F. et al. Evolução da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, 2012-2018. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 32, n. 3, p. e32030437, 2024.
- YASUI, S. (2010). *A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Caminhos e Descaminhos*. Rio de Janeiro: Garamond.

Autor correspondente:

Dannilo Jorge Escorcio Halabe

E-mail: dannilo.halabe@edufor.edu.br**Conflitos de interesse:**

Não há.